

XII Congresso da APDR

Viseu, 15 – 17 de Setembro de 2006

Apoios à inovação nas empresas portuguesas: balanço e perspectivas

Autores: Carla Teotónio, Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da U.C.

(carla.teotonio@ci.uc.pt)

Miguel Moreira, Conselho Empresarial do Centro / Câmara de Comércio e Indústria do Centro (miguel.moreira@netcentro.pt)

Resumo:

O objectivo desta comunicação é fazer um balanço dos resultados alcançados pelo principal programa de modernização do tecido empresarial português, o PRIME, implementado no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, que agora termina. Esta análise revela-se tanto mais importante se admitirmos que o mercado não promove, espontaneamente, a inovação, e que são necessários estímulos que fomentem o espírito inovador e empreendedor nas empresas.

Do sucesso das medidas até agora implementadas dependerá, certamente, a continuidade de muitos dos incentivos, ainda que a preparação do próximo período de programação dos fundos estruturais e a definição das prioridades estratégicas de acção no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional contemplem inúmeras medidas de apoio à inovação que darão continuidade aos esforços iniciados nestes últimos anos.

Neste texto, a análise centrar-se-á particularmente nos apoios à inovação na região Centro, e como os sistemas de incentivo à inovação não se cingem ao PRIME, serão apresentadas também as principais iniciativas de apoio à inovação actualmente em vigor e especialmente destinados às empresas do Centro, implementadas pelo CEC/CCIC – Conselho Empresarial do Centro/Câmara de Comércio e Indústria do Centro.

1. Nota introdutória

A inovação é um factor essencial ao crescimento económico, e determinante para a competitividade das empresas. A aposta na modernização do tecido empresarial, tornando-o capaz de responder eficazmente aos desafios que se lhe colocam no mercado global, tem assumido especial relevo na política económica portuguesa. O poder político não tem sido alheio à necessidade de estimular políticas de suporte às actividades inovadoras e assentes em recursos humanos altamente qualificados e foram, nos últimos tempos, lançadas inúmeras iniciativas nesse domínio, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), e disponíveis através do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), do IAPMEI, da Agência de Inovação, entre outros.

Um dos principais objectivos do III QCA era “alterar o perfil produtivo em direcção às actividades do futuro”, promovendo, por isso, a inovação, o investimento em capital humano e o desenvolvimento da sociedade de informação. Daqui resultou, entre outros, o PRIME, instituído pela Resolução do Conselho de Ministros nº 101/2003, de 8 de Agosto, que, sucedendo ao Programa Operacional da Economia, reúne um conjunto alargado de sistemas de incentivo, verdadeiros instrumentos de política económica aplicados aos sectores da indústria, turismo, serviços, comércio e energia, constitui a principal medida de apoio à inovação nas empresas. Todas estas iniciativas se revestem de suprema importância atendendo a que o mercado não promove, espontaneamente, a inovação; é necessário, portanto, criar estímulos que fomentem o espírito inovador nas empresas, geralmente através de sistemas de incentivo como os que aqui se apresentam.

Ora, estas acções não se esgotam com o fim do III QCA. A preparação do próximo período de programação dos fundos estruturais, para o horizonte temporal de 2007 a 2013, e a definição das prioridades estratégicas de acção contemplam diversas medidas de apoio à inovação e reforço da competitividade que darão continuidade aos esforços iniciados nestes últimos anos.

O Quadro de Referência Estratégica Nacional estabelece, aliás, o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação como prioridades.

Os três programas operacionais temáticos focalizam-se nos factores de competitividade (eficiência das instituições públicas, estímulos à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico, incentivos à modernização e internacionalização das empresas,

incentivos ao investimento directo estrangeiro, apoio à I&D e promoção da sociedade da informação e do conhecimento), no potencial humano (prioridade para intervenções no âmbito do emprego privado e público, da educação e formação) e na valorização territorial (infra-estruturas, redes, equipamentos e outras intervenções em domínios essenciais como logística, transportes, energia, ambiente, património, prevenção e gestão de riscos e áreas sociais).

2. Os apoios à inovação em Portugal: o PRIME

Orientado para a modernização da economia nacional, o PRIME aposta especialmente na vertente de inovação e investigação e desenvolvimento nas empresas. Para além de acções directamente vocacionadas para o estímulo às actividades de I&D, o PRIME estimula o investimento empresarial de conteúdo inovador.

Inserir-se no Eixo 2 do Plano de Desenvolvimento Regional elaborado no âmbito do III QCA e é financiado pelos Fundos Estruturais, nomeadamente pelo FEDER e pelo FSE (Quadro 1).

Quadro 1: Quadro financeiro por origem dos fundos (mil €)

Custo total	8.316.614
Despesa pública	4.150.943
União Europeia	
FEDER	2.592.836
FSE	229.716
Portugal	
Orçamento de Estado	800.963
Outros	527.429
Sector privado	4.165.671

Fonte: SiPRIME

A acção do PRIME estrutura-se em três níveis: Eixo 1: Dinamização das empresas; Eixo 2: Qualificação dos recursos humanos; Eixo 3: Dinamização da envolvente empresarial. Cada eixo de acção congrega um conjunto de medidas e programas específicos a que as empresas devem candidatar-se consoante o tipo de iniciativas que visem implementar. No Quadro 2 apresenta-se o custo total do programa por eixo de acção, detalhando a parte financiada pelo Estado e pela União Europeia, através dos Fundos Estruturais.

Quadro 2: Quadro financeiro por eixo de acção (mil €)

Áreas estratégicas	Custo total	Fundos Estruturais	Recursos nacionais	Investimento privado
Eixo 1 - Dinamização das empresas	6.411.054	1.850.049	889.308	3.671.697
Eixo 2 - Qualificação dos recursos humanos	489.992	226.748	75.583	187.661
Eixo 3 - Dinamização da envolvente empresarial	1.363.993	708.948	348.732	306.313
Assistência técnica	51.575	36.806	14.769	0
Total	8.316.614	2.822.551	1.328.392	4.165.671

Fonte: SiPRIME

Agora que o período de vigência do PRIME termina, com o fim do III QCA, é importante fazer um balanço da adesão dos empresários aos sistemas de incentivo disponíveis para a modernização e inovação no tecido empresarial, já que do sucesso (ou não) das medidas implementadas até agora dependerá, com certeza, a continuidade de muitos dos incentivos no âmbito do próximo QCA, em vigor já a partir de 2007.

Os dados publicados pelo SiPRIME – Sistema de Informação do PRIME, de 22 de Agosto de 2006, evidenciavam um total de 32075 candidaturas, responsáveis por cerca de 22,8 mil milhões de euros de investimento. O Quadro 3 resume o número de candidaturas apresentadas no âmbito de cada eixo de acção e volume total de investimento envolvido.

Quadro 3: Candidaturas e investimento apresentados (mil €)

	Medidas	Candidaturas	Investimento
Eixo 1	1 - Estimular a Modernização Empresarial	4.763	13.611.477
	2 - Apoiar o Investimento Empresarial	20.878	2.785.987
	3 - Melhorar as Estratégias Empresariais	1.539	3.254.802
	Total Eixo 1	27.180	19.652.266
Eixo 2	4 - Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos	3.631	1.031.603
	Total Eixo 2	3.631	1.031.603
Eixo 3	5 - Incentivar a Consolidação de Infra-Estruturas	1.006	1.114.406
	6 - Apoiar as Parcerias Empresariais	98	200.496
	7 - Dinamizar Mecanismos de Inovação Financeira	26	376.561
	8 - Internacionalizar a Economia	134	411.994
	Total Eixo 3	1.264	2.103.458
	TOTAL	32.075	22.787.327

Fonte: SiPRIME

Como mostra o Quadro 3, a procura foi essencialmente orientada para a oferta de sistemas de apoio ao investimento empresarial, integrados no Eixo 1 (de dinamização das empresas), que representam 65% do total de candidaturas apresentadas, mas apenas 12% do investimento. Em termos de investimento apresentado, sobressaem as

candidaturas a programas destinados a “Estimular a Modernização Empresarial” (Medida 1), representando 60% do total.

No total, foram apoiadas 14 322 candidaturas (o que corresponde a uma taxa de aprovação de 45%) responsáveis por 13,9 mil milhões de euros de investimento (correspondentes a 61% do investimento apresentado), e que somaram um total de cerca de 4,6 mil milhões de euros de incentivos (Quadro 4).

Quadro 4: Projectos apoiados e incentivos concedidos (mil €)

	Medidas	Nº	Investimento	Incentivos
Eixo 1	1 - Estimular a Modernização Empresarial	2.196	7.974.131	2.093.051
	2 - Apoiar o Investimento Empresarial	8.602	1.399.680	545.025
	3 - Melhorar as Estratégias Empresariais	964	1.976.879	388.802
	Total Eixo 1	11.762	11.350.689	3.026.877
Eixo 2	4 - Incentivar os Investimentos em Recursos Humanos	1.479	609.508	405.551
	Total Eixo 2	1.479	609.508	405.551
Eixo 3	5 - Incentivar a Consolidação de Infra-Estruturas	849	981.798	461.616
	6 - Apoiar as Parcerias Empresariais	93	190.101	150.069
	7 - Dinamizar Mecanismos de Inovação Financeira	26	376.561	283.066
	8 - Internacionalizar a Economia	113	346.957	255.895
	Total Eixo 3	1.081	1.895.417	1.150.646
	TOTAL	14.322	13.855.614	4.583.074

Fonte: SiPRIME

O Eixo 3, de “Dinamização da envolvente empresarial”, foi o que mais sucesso registou em termos de candidaturas aprovadas, já que 85,5% dos projectos apresentados foram aprovados e subsidiados.

2.1. Análise por projectos

Considerando os sistemas de incentivo inseridos nos eixos 1 e 2, que directamente se relacionam com o estímulo à inovação e a qualificação dos recursos humanos, conclui-se que foram os sistemas “genéricos” de apoio ao investimento empresarial (SIPIE e SIME) os que mais candidaturas receberam, representando o primeiro cerca de metade do total (e destacando-se, por isso, de todos os restantes), e o segundo, 14%.

Entre os sistemas de apoio a sectores específicos, o URBCOM foi o que mais candidaturas recebeu (12,7% do total de candidaturas ao PRIME), e foi dos que registou maior taxa de aprovação, com 86,1% de candidaturas aprovadas, que deram origem a cerca de um ¼ do conjunto de projectos subsidiados.

No domínio da “Qualificação de Recursos Humanos” (Eixo 2), os programas destinados a “incentivar os investimentos em recursos humanos”, envolvendo programas de formação, receberam 3 631 candidaturas (11,3% do total) das quais cerca de 41% foram apoiadas.

Os quatro sistemas de incentivo aqui mencionados representaram, em conjunto, cerca de 88% do total de candidaturas recebidas ao abrigo do PRIME, de onde resultaram 80% dos projectos apoiados, que representam 69% do investimento e absorveram 63% dos incentivos concedidos.

No Quadro 5 apresenta-se o número de candidaturas e de projectos aprovados em cada um dos sistemas de incentivo inseridos nos eixos 1 e 2; a rubrica “Outros” reúne todos os sistemas de incentivo que, apesar de integrados no programa, não são directamente vocacionados para a promoção da inovação nas empresas.

Quadro 5: Candidaturas e projectos apoiados por programa

	Candidaturas	Projectos Apoiados	Taxa de aprovação
SIME	4.438	1.941	43,7
SIPIE	15.977	4.539	28,4
SIED	359	228	63,5
URBCOM	4.078	3.513	86,1
SIVETUR	215	127	59,1
IDEIA	91	46	50,5
SIUPI	224	136	60,7
NITEC	152	120	78,9
Quadros	188	100	53,2
DEMTEC	121	26	21,5
MAPE	502	439	87,5
Incentivar o investimento em RH	3.631	1.479	40,7
INOV JOVEM	153	117	76,5
Outros	1.946	1.511	77,6
TOTAL	32.075	14.322	44,7

Fonte: SiPRIME

Em termos de investimento, destacam-se os incentivos SIME e MAPE, representando, respectivamente, 59,6% e 12,1% do investimento total apresentado. O SIPIE, apesar de ter sido o programa que mais candidaturas recebeu, envolveu um investimento de apenas cerca de 7,4% do total.

Quanto aos incentivos atribuídos, 45,5% foram direccionados para o SIME. Os incentivos vocacionados para a formação de recursos humanos representaram cerca de 9% do total. Outros sistemas de incentivo, aqui não mencionados por não estimularem

directamente a inovação no tecido empresarial, absorveram quase 25% do total de subsídios.

Quadro 6: Investimento e incentivos por projecto (mil €)

	Investimento		Incentivos
	Candidaturas	Apoiado	
SIME	13.581.646	7.950.887	2.086.516
SIPIE	1.694.457	502.139	169.284
SIED	69.172	42.553	8.968
URBCOM	474.897	437.991	221.333
SIVETUR	511.234	395.793	135.485
IDEIA	21.709	10.889	6.515
SIUPI	8.745	4.293	2.631
NITEC	57.160	46.099	19.597
Quadros	15.652	8.965	2.227
DEMTEC	122.439	28.331	8.077
MAPE	2.761.383	1.827.898	322.536
Incentivar o investimento em RH	1.031.316	609.508	405.551
INOV JOVEM	83.638	74.772	59.508
Outros	2.353.879	1.915.496	1.134.846
Total	22.787.327	13.855.614	4.583.074

Fonte: SiPRIME

2.2. Análise por sectores de actividade

Excluindo agora da análise os sistemas de incentivo vocacionados para sectores específicos (como o URBCOM, virado para o comércio, ou o SIVETUR, expressamente destinado ao sector do turismo), e ainda o INOV JOVEM e todos os que se agruparam na categoria “Outros”, conclui-se que a maior parte das 25 683 candidaturas assim consideradas partiu dos sectores da indústria, do comércio e dos serviços, como mostra o Quadro 7.

Quadro 7: Candidaturas por sector de actividade

Sector de actividade	Candidaturas	
	Nº	%
Indústria	8.152	31,7
Construção	1.684	6,6
Comércio	7.617	29,7
Transportes	264	1,0
Turismo	2.955	11,5
Serviços	4.510	17,6
Outros	501	2,0
Total	25.683	100,0

Fonte: SiPRIME

Os 32% de candidaturas do sector da indústria representaram 62% do investimento apresentado, enquanto as candidaturas provenientes de empresas comerciais totalizaram

escassos 7%; mais significativo foi o investimento apresentado pelos serviços, de 13% do total.

Os incentivos concedidos seguiram a mesma tendência: a indústria absorveu mais de 60%, os serviços 12% e o comércio apenas 5% (Quadro 8).

Quadro 8: Investimento e incentivos por sector de actividade (mil €)

Sector de actividade	Investimento		Incentivos
	Candidaturas	Apoiado	
Indústria	12.087.255	7.210.499	1.847.188
Construção	841.366	491.683	112.627
Comércio	1.387.108	470.303	156.567
Transportes	198.177	87.999	18.288
Turismo	1.897.014	910.547	290.688
Serviços	2.484.484	1.500.175	349.821
Outros	468.564	360.356	256.727
Total	19.363.968	11.031.562	3.031.906

Fonte: SiPRIME

Fazendo a análise por sistema de incentivo (Quadro 9), constata-se que as candidaturas ao SIUPI, SIME, DEMTEC, IDEIA, ao Investimento em recursos humanos e ao Programa QUADROS partiram essencialmente da indústria, ainda que 30% das candidaturas a este último tenham sido apresentadas por empresas pertencentes ao sector do comércio. Do sector do comércio saiu a maior parte das candidaturas ao SIPIE. As candidaturas ao SIED repartiram-se de forma equilibrada entre empresas industriais e de comércio. Das candidaturas ao MAPE e ao NITEC, a maioria partiu do sector dos serviços. Uma parte importante das candidaturas ao IDEIA (35%) partiu igualmente deste sector de actividade.

Quadro 9: Candidaturas por projecto e por sector de actividade

	Sector de actividade							Total
	Indústria	Construção	Comércio	Transportes	Turismo	Serviços	Outros	
SIME	2.664	255	666	50	552	235	16	4.438
SIPIE	2.903	1.102	6.248	144	2.202	3.330	48	15.977
SIED	114	23	112	8	24	72	6	359
IDEIA	48	2	2	1	1	32	5	91
SIUPI	160	8	9	0	0	27	20	224
NITEC	61	4	7	1	1	73	5	152
Quadros	93	6	58	0	1	28	2	188
DEMTEC	69	1	1	0	1	33	16	121
MAPE	70	3	0	3	10	282	134	502
Investimento RH	1.970	280	514	57	163	398	249	3.631
Total	8.152	1.684	7.617	264	2.955	4.510	501	25.683

Fonte: SiPRIME

2. Os apoios à inovação na região Centro

Cingindo a análise aos sistemas de incentivo que têm vindo a ser mencionados até agora (incluindo, portanto, o URBCOM e o SIVETUR), mas excluindo o INOV JOVEM, a região Centro representa cerca de 24% do total de candidaturas apresentadas a nível nacional, superada apenas pela região Norte, que apresentou cerca de 45% do total (Quadro 10).

De um total de 7072 candidaturas, foram aprovadas para a região Centro 3262, que representam 46% do total, traduzindo uma taxa de aprovação só ultrapassada pelas regiões autónomas (70%).

Quadro 10: Candidaturas e projectos apoiados por região

	Candidaturas		Projectos apoiados	
	Nº	%	Nº	%
Norte	13.594	45,3	5.656	44,6
Centro	7.072	23,6	3.262	25,7
Lisboa e Vale do Tejo	5.498	18,3	1.889	14,9
Alentejo	1.781	5,9	819	6,5
Algarve	1.029	3,4	450	3,5
R.A. Açores e Madeira	594	2,0	416	3,3
Multi-regiões e Não regionalizável	408	1,4	202	1,6
Total	29.976	100,0	12.694	100,0

Fonte: SiPRIME

O investimento total apresentado nestas candidaturas foi de 5,5 mil milhões de euros, que correspondem a 27,2% do investimento total considerado a nível nacional para os mesmos sistemas de incentivo (Quadro 11). Este montante foi apenas superado pelas candidaturas apresentadas na região Norte (33% do total), ainda que a diferença no investimento não seja proporcional à diferença no número de candidaturas (45% no Norte contra 23% no Centro), de onde se conclui que os projectos apresentados pelas empresas da região Centro envolveram investimentos de maior envergadura.

O investimento apoiado na região Centro (e nestes programas) foi de 3,6 mil milhões de euros, que representam 65% do investimento inicialmente apresentado e 30% do investimento apoiado a nível nacional nos mesmos programas.

O montante de incentivos atribuídos na região Centro ascendeu a 941 milhões de euros, cerca de 28% do total atribuído em todo o país. Para a região Norte foi direccionada a

maior fatia (na ordem dos 39%), e o Algarve foi a região que menos incentivos recebeu (apenas 3% do total).

Quadro 11: Investimento e incentivos atribuídos por região (mil €)

	Investimento		Incentivos
	Candidaturas	Apoiado	
Norte	6.762.898	4.110.684	1.322.874
Centro	5.537.139	3.595.487	941.002
Lisboa e Vale do Tejo	3.168.744	1.772.007	408.282
Alentejo	1.832.664	742.303	214.786
Algarve	781.793	325.919	99.575
R.A. Açores e Madeira	774.551	541.619	193.634
Multi-regiões e Não Regionalizável	1.492.311	777.325	208.570
Total	20.350.100	11.865.344	3.388.723

Fonte: SiPRIME

Seguindo a tendência nacional, o SIPIE, o SIME, o URBCOM e as medidas destinadas a “Incentivar o investimento em recursos humanos” foram os sistemas de incentivo a que mais empresas da região Centro se candidataram; no conjunto, estes quatro programas abarcaram 93% do total de 7072 candidaturas aqui consideradas (proporção muito semelhante à que se registou em cada uma das outras NUT II).

Dos sistemas de incentivo em causa, os que melhores taxas de aprovação registaram no Centro foram o NITEC e o MAPE (92% e 85,4%, respectivamente). Estes dois sistemas de incentivo registaram, aliás, elevadas taxas de aprovação em todas as regiões, à excepção do Algarve, no caso do NITEC, a que se candidataram apenas duas empresas, sem êxito (Quadro 12).

Quadro 12: Taxa de aprovação por programa e por região

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores e Madeira	Multi-regiões e Não Regionalizável
SIME	42,6	50,0	33,3	36,3	33,0	67,6	49,7
SIPIE	25,5	36,6	24,3	28,3	29,1		45,6
SIED	61,5	70,6	62,7	33,3	66,7		55,6
URBCOM	90,4	73,8	95,1	85,9	84,4	77,1	
SIVETUR	55,7	48,2	78,9	70,4	65,0	80,0	
IDEIA	58,5	60,0	50,0	25,0	100,0		20,0
SIUPI	62,1	58,6	56,9	66,7	100,0		
NITEC	75,4	92,0	69,7	100,0	0,0		
Quadros	60,7	51,3	0,0	42,9	60,0	50,0	0,0
DEMTEC	27,5	23,3	0,0	50,0	0,0	40,0	0,0
MAPE	87,7	85,4	84,2	96,1	84,4	66,7	0,0
Investimento RH	38,5	49,3	33,0	39,7	36,2	50,6	60,6
Total	41,6	46,1	34,4	46,0	43,7	70,0	49,5

Fonte: SiPRIME

2.1. A acção do CEC

Promover a modernização da economia e estimular o espírito inovador nos empresários não passa apenas pela disponibilização dos incentivos: é necessária a acção de entidades como as agências de desenvolvimento local e câmaras de comércio e indústria, por exemplo, que os promovam junto das empresas, fazendo despertar, muitas das vezes, o interesse dos empresários pela implementação de mudanças até então nunca equacionadas, e que podem representar verdadeiras rupturas com os modelos de gestão vigentes, pouco ajustados às necessidades actuais, em muitos dos casos.

A acção destes organismos é ainda crucial nas relações com empreendedores que pretendam desenvolver a sua própria ideia de negócio, e para os quais estes incentivos constituem, inúmeras vezes, um elemento fundamental ao seu arranque.

Na região Centro, O CEC/CCIC – Conselho Empresarial do Centro / Câmara de Comércio e Indústria do Centro é um dos principais organismos a quem incumbe essa missão. Apoiar os empresários na candidatura a sistemas públicos de incentivos, mas dispõe ainda de programas próprios especialmente destinados aos empresários e associações empresariais da região, cujos interesses deve salvaguardar e representar junto do poder político.

Funciona, portanto, como uma plataforma de discussão de assuntos de interesse e como agente facilitador de programas em rede que aproximem o tecido associativo e tornem a região mais competitiva. Constitui, por isso, um pólo dinamizador do desenvolvimento empresarial da região e tem um importante papel a desempenhar na promoção da inovação junto das empresas.

O programa EMPRESA 2, a CENTRO VENTURE e o Programa FINICIA são os três principais instrumentos que actualmente o CEC coloca ao dispor dos empresários da região Centro.

O Programa EMPRESA 2 (que surgiu na sequência dos bons resultados alcançados pelo programa EMPRESA) tem como missão fomentar a intervenção integrada de uma rede associativa em domínios específicos como a inovação, o empreendedorismo e a competitividade, agindo de forma concertada para a melhoria da envolvente empresarial. O aproveitamento das sinergias entre empresas, associações empresariais, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e o próprio CEC assume, por conseguinte, uma importância vital nesta iniciativa, delas dependendo o seu êxito.

A CENTRO VENTURE – Sociedade de Capital de Risco, S.A. irá gerir Fundos de Capital de Risco e resulta de uma parceria entre o CEC e o Banif – Banco de Investimento do Funchal, que participam em 49% e 51% do capital, respectivamente.

O primeiro, ainda em fase de constituição, será o Centro Capital (será também o primeiro com especialização regional). Abrangerá os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, e tem uma duração prevista de dez anos, que poderá ser prorrogável por mais dois. O montante a subscrever será de 10 000 000€ e o montante mínimo de subscrição por participante será de 500000€. A política de investimento assenta na aposta em pequenas e médias empresas nacionais com actividade na região Centro e elevado potencial de crescimento, designadamente: empresas que possuam tecnologias, patentes ou licenças que constituam um factor de diferenciação relativamente às outras empresas do mercado; empresas que possuam uma posição de mercado sólida ou com potencial de consolidação e empresas com potencial de expansão nacional e internacional. Passará pela realização de investimento temporário (4 a 6 anos) no capital próprio de uma empresa concretizado através da compra de acções, quotas ou obrigações convertíveis em acções ou através de prestações suplementares de capital.

A intervenção do Fundo no capital social das empresas participadas poderá acontecer em qualquer estágio do seu desenvolvimento, ou seja, na fase de arranque (*start-up*), expansão (*development*), reestruturação (*turnaround*) ou em operações de aquisição.

Não possuindo um enfoque num sector em particular, o Fundo irá privilegiar os sectores que de acordo com a matriz de especialização sectorial da região apresentem um maior potencial de investimento (por exemplo, empresas com uma elevada componente tecnológica, investimentos na robótica e automação, em aproveitamentos inovadores recursos naturais da região ou na saúde).

O CEC apoia ainda a gestão de uma parte do Programa FINICIA, criado pelo IAPMEI no sentido de alargar a oferta de instrumentos de inovação financeira e facilitar o acesso das pequenas e médias empresas ao crédito.

O programa estrutura-se em três eixos de intervenção: Eixo I – Projectos de Forte Conteúdo de Inovação; Eixo II – Negócios Emergentes de Pequena Escala; Eixo III – Iniciativas Empresarias de Interesse Regional.

A intervenção do CEC neste programa faz-se essencialmente ao nível do eixo 2, através de um protocolo estabelecido com o IAPMEI. Neste domínio, o objectivo é assegurar o financiamento de pequenos projectos de investimento, através de estruturas adequadas de financiamento por capital próprio e por capital alheio, colmatando as falhas de mercado que inviabilizam o arranque de pequenos investimentos.

A acção do CEC neste programa estende-se ainda ao eixo 3, dirigido a “iniciativas empresariais de interesse regional” por via das suas associadas (associações comerciais e industriais localizadas na região Centro), já que a gestão desta vertente do programa cabe às Câmaras Municipais. O objectivo é que o FINICIA complemente iniciativas dos agentes públicos de desenvolvimento local e regional, como as Câmaras Municipais, as Agências de Desenvolvimento Local e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Notas finais

O êxito alcançado pelo PRIME, visível no elevado número de candidaturas e no montante de incentivos atribuídos, deixa antever a continuidade de incentivos desta natureza no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio, assim como reafirma a importância de mecanismos deste tipo para estimular a inovação e a modernização nas empresas. Muitas das medidas assim implementadas não teriam sido, de outra forma, adoptadas: orientados para o objectivo de aumento dos lucros, os empresários vão descurando mudanças estruturais que a longo prazo se revelam cruciais para a consolidação de uma posição competitiva no mercado, que garantirá, em última instância, a sobrevivência das próprias empresas.

O livre funcionamento do mercado promove a concorrência entre empresas, que se reflecte essencialmente nos preços, mas não promove, pelo menos tão eficazmente como seria desejável, a inovação e a modernização dos processos produtivos e das estruturas organizacionais, e só incentivos como os que se apresentam neste texto poderão compensar essa falha de mercado.